

Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade

Félix Guattari

Todos estão conscientes de que a complexidade dos objetos de pesquisa, no domínio das ciências humanas e do meio-ambiente, exige uma abordagem interdisciplinar. Frequentemente, no entanto, o encontro das disciplinas não basta para que sejam eliminadas as fronteiras entre as problemáticas e modos de expressão presentes. São enviados sinais de uma área a outra, sem que uma comunicação mais profunda aconteça. Como estabelecer uma ponte entre os ecossistemas vivos? Trata-se de um empreendimento de porte, já que determina a possibilidade de qualquer eficácia real. A ecologia científica aplicada ao meio ambiente permanecerá impotente, se não acarretar novos comportamentos sociais e políticos e estes, por sua vez, vegetarão no imobilismo e no conservadorismo, sem uma profunda transformação das mentalidades.

A questão da interdisciplinaridade se desloca do domínio cognitivo para os domínios sociais, políticos, éticos e até mesmo estéticos. Isto porque a ecologia do visível está inseparavelmente ligada a uma ecologia do virtual, às problemáticas de escolhas individuais e coletivas, aos universos de valores em evidência ou em desaparecimento.

As ciências humanas, sob a égide de um paradigma científico, ou mais exatamente cientificista, se esforçaram por eliminar sistematicamente os fatores subjetivos de responsabilidade e engajamento. Na verdade, o que caberia aqui questionar seria um determinado *status* formal da objetividade nestes registros. A visão que se tem de um estado de coisas “normal” depende sempre de um ponto de vista normativo. Descrever a vida urbana, neste fim

de milênio, observar em que direção ela caminha, implica numa escolha de valores com relação ao bem social, à posição do imaginário segundo a mídia, à relação entre o natural, o cósmico e o artificial, o maquinal. Isto não quer dizer que devemos permanecer aqui num terreno nebuloso, sem definição, mas que somos sempre tomados, durante uma pesquisa autêntica, por um processo construtivista. O objeto da pesquisa mantém com ela uma relação de recorrência. Nessas condições, a experimentação social e a pesquisa-ação deveriam estar muito mais freqüentemente interligadas à análise objetiva dos fatos sociais. Na realidade, o processo de pesquisa, em muitas áreas, é obrigado a se modificar, a reconstruir permanentemente seu objeto.

A vida humana se mantém, hoje, no planeta graças ao apoio da ciência e da tecnologia. A corrida da morte entre a ciência e a AIDS serve como dramática ilustração: sem a descoberta de uma vacina ou de um medicamento nos próximos decênios, centenas de milhões de indivíduos estão ameaçados. Nessa esfera em especial, a pesquisa interdisciplinar se impõe. O mesmo acontece com a educação, a vida familiar, as relações de vizinhança: sua legitimidade social, sua consistência cultural parecem perdidas. Cada vez mais elas dependem de recurso às intervenções públicas (polícia, assistência social, juízes etc...) ou da participação dos meios de comunicação de massa (papel das séries de televisão, das sondagens, da publicidade), a terceira e a quarta idades dependem freqüentemente quase exclusivamente de equipamentos coletivos especializados... Ocorreu, assim, uma desterritorialização geral dos territórios sociais, dos usos e dos costumes, das tradições, das representações auto-reguladoras, um apelo cada vez mais dramático ao Estado, à assistência social, aos especialistas, aos profissionais. Por mais que lamentemos, devemos defendê-lo, ao menos nas condições atuais.

A longo prazo, se tornará cada vez mais necessário repensar a vida humana em termos de ecologia generalizada - ambiental, social e mental, o que de ecosofia, e, conseqüentemente, o *status* da pesquisa em todos os domínios. A Declaração dos Direitos do Homem deveria conter um artigo sobre os direitos de todos à pesquisa. Todos os grupos sociais, todas as profissões, todas as minorias necessitam de pesquisas que os leve em conta. Parece

indispensável a criação de um pólo cognitivo de singularização, de particularização da pesquisa em equilíbrio com o pólo de racionalidade da ciência. Trata-se aqui da afirmação de um novo paradigma de criação processual, próximo à estética, no domínio social. Sua dimensão axiológica deixaria de ser a Verdade com um v maiúsculo em favor de uma modelização localizada, encarnada em num corpo social cujo destino está em causa.

A ampliação dos horizontes da pesquisa, assumindo redes sociais cada vez mais numerosas, não implica, entretanto, numa perda de rigor, mas numa mudança de atitude em relação a seus interlocutores. Tomemos como exemplo a ecologia urbana. Neste campo, algumas vezes, cabe ao interlocutor produzir todas as peças. É o caso da concepção de espaço urbano, tipo “cidade nova”, onde é necessário prever ou simular as populações e as profissões que deverão compor um determinado território social. Podemos lembrar, a propósito, experiências interessantes que se desenvolveram na URSS, no contexto da “Perestroika”, em situações que, por muito tempo, a burocracia tentou controlar. Grupos de auto-gestão se constituíram com a finalidade de se opor ao imobilismo dos *Soviets* locais, especialmente nos domínios da arquitetura, do urbanismo e da defesa do meio-ambiente (estas experiências foram coordenadas por um centro de pesquisas regionais, criado pela Academia de Ciências, sob a direção de Victor Tischenko). A atividade desses grupos levou à concretização de cooperativas que construíram em Moscou, Leningrado e outras cidades, apartamentos de condições bem melhores que as das construções do Estado. Em 1987, por iniciativa de Boris Yeltsin, aconteceu um grande encontro coletivo sobre o tema do futuro social da cidade de Moscou, com a participação de 150 pessoas de todos os níveis da hierarquia social, para definir uma nova metodologia neste campo. A finalidade destes encontros era, também, fazer com que o conjunto dos participantes compreendesse que o poder pode se transformar e se tornar uma instância de múltiplos parceiros, atuando através de aliança e negociação e não de uma relação de dominação entre instâncias hierarquizadas. Deste modo, foi toda uma cultura política que se viu questionada através de tais pesquisas. Ainda que as democracias ocidentais e o Japão se encontrem em situações bastante diferentes desta da URSS, podemos imaginar que, sob

outras formas, com outras modalidades, será necessário criar também aquilo que poderíamos chamar de agenciamentos coletivos de enunciação, para chegar a um equilíbrio com as visões tecnocráticas que freqüentemente imperam nestes setores.

A interdisciplinaridade, que prefiro chamar de transdisciplinaridade, passa, portanto, acredito, pela reinvenção permanente da democracia, nos diversos estágios do campo social. Quando se realizam programas de urbanização, de renovação de bairros antigos ou de transformação de “áreas industriais”, deveriam ser realizados importantes contratos de pesquisa e de experimentação social, não apenas com pesquisadores de ciência social, mas também com uma parte dos futuros habitantes e usuários de determinadas construções e equipamentos, para que fosse estudado o que poderiam ser as novas formas de vida domésticas, novas práticas de vizinhança, de cooperação e solidariedade, de educação, de cultura, de esporte, de cuidados com crianças, idosos, deficientes etc. Ainda não atingimos uma consciência coletiva de que os meios de mudar a vida e criar um novo estilo de atividade, novos valores, estão ao nosso alcance, ao menos nas sociedades desenvolvidas (É preciso reconhecer que temos muito a aprender com certas experiências realizadas em determinados países do Terceiro Mundo). O desejo e a vontade de caminhar em direção a tais transformações depende, em larga escala, da orientação do trabalho social e da pesquisa. Não tem sentido estudar um bairro em dificuldade sem, ao mesmo tempo, trabalhar para sua recuperação. A elaboração cognitiva, neste caso, é inseparável do engajamento humano e da escolha de valores em que implica.

Vista por este ângulo a ampliação da transdisciplinaridade parece evidente. Para continuar com nosso exemplo de remodelação da vida urbana, é evidente que qualquer desejo de mudança, qualquer emulação coletiva só podem ter origem, quando se inscrevem num profundo desejo de transformação da condição humana do planeta. A ecologia do meio ambiente, a ecologia social e a ecologia mental só poderão chegar a grandes realizações, se forem cultivadas em um país único, em um bairro único, ou ainda em um continente único de “abastados”. Levando-se em conta o desenvolvimento da informação, da robótica, da telemática, a divisão do trabalho aparece como

ainda mais cruel. Diversas zonas do Terceiro Mundo são atingidas por uma incrível super-exploração (especialmente a do trabalho de menores). Ao mesmo tempo, regiões cada vez mais vastas são objeto de uma espécie de desertificação econômica e cultural. Deste modo, a pluridisciplinaridade consistiria também, no que diz respeito às questões sociais, urbanísticas e ecológicas, em assumir uma dimensão planetária e problematizar as questões locais, a partir de horizontes que levem em conta o conjunto da vida e das relações internacionais.

Um outro eixo de ampliação da transdisciplinaridade consistiria em abandonarem-se às visões tradicionais, que partem sistematicamente do homem branco, adulto, competitivo no mercado de valores dominantes. Vistas sob o ângulo emancipador da condição feminina, quantas questões novas não seriam colocadas? A etnologia, no fundamental, continua masculina. Existe um imenso domínio a ser decifrado no âmbito dos mitos, dos ritos, das práticas coletivas femininas. O mesmo acontece com o mundo visto através dos olhos das crianças, dos idosos, dos deficientes. Em resumo, é preciso romper com o olhar padrão, intermediado pela mídia, que corrompe nosso intelecto e nossa sensibilidade.

Para ser operacional, a transdisciplinaridade deveria se tornar uma transversalidade entre a ciência, o social, o estético e o político. Se já não existe, como pensavam os marxistas do materialismo histórico, ciência política, há, por outro lado, necessidade de repensar uma política da ciência. Em contrapartida dialética, a política deveria ser pensada como domínio transversalista, deveria abandonar suas arenas e sair do foco da mídia, para chegar à reapropriação pelo tecido social das técnicas e das ciências, as quais, sob o bastão de uma economia guiada unicamente pelo lucro, vêm conduzindo a aberrações e catástrofes, particularmente no domínio ecológico. Política mais próxima dos ecossistemas da vida cotidiana e, no entanto, preocupada com as grandes articulações do planeta. Pela primeira vez na história, a humanidade é responsável por seu destino enquanto espécie, e, mais ainda, responsável pelo conjunto das espécies vivas e pelo futuro da biosfera. Mas à das espécies vivas convém acrescentar uma proteção necessária e um melhor desenvolvimento das espécies não corpóreas. Culturas

estão ameaçadas, assim como formas de arte e de sensibilidade. A ciência não pode se contentar em estudar passivamente estas evoluções. Ela tem obrigação de intervir e de engajar.

Numa perspectiva mais prospectiva, podemos também olhar a evolução possível da transdisciplinaridade, no contexto do desenvolvimento de novas tecnologias. Em primeiro lugar, uma quantidade cada vez maior de atividade e trabalho poderá ser liberada das tarefas materiais repetitivas e consagrada ao estudo, à pesquisa e à cultura, que estabelecerão entre si novas relações de todos os tipos. Podemos imaginar que, a longo prazo, os investimentos nestes domínios serão predominantes. Não é preciso dizer que tais mudanças de valores implicarão em consideráveis transformações geopolíticas, sociais e econômicas (especialmente nas formas de valorização das atividades humanas e das produções mecânicas). Em segundo lugar, a evolução da informática, sua associação com a televisão, a telemática, os bancos de dados e de imagem, desenvolverão uma espécie de transdisciplinaridade mecânica. Já é o caso de toda grande descoberta, de toda inovação tecnológica que irriga não apenas os domínios vizinhos ao seu mas que, freqüentemente, atinge também domínios mais distantes. (...) Em terceiro lugar, podemos pensar que o futuro próximo verá surgir uma transformação profunda nos modos de expressão, de conhecimento, de negociação e de sensibilidade. O impulso da ciência no Renascimento se deveu, em grande parte, à descoberta da imprensa. Hoje, uma nova escritura informática pode estar para nascer. Uma escritura que não se contentará mais em transcrever signos escritos e orais, mas cujos segmentos semióticos possuirão riqueza própria, autonomia própria. Sobre este tema, remeto aos trabalhos esclarecedores de Pierre Lévy sobre **A ideografia dinâmica** (a ser publicado pela *Éditions de la Découverte*) que mostram a possibilidade de nascer uma transdisciplinaridade interna à língua informática; transdisciplinaridade que permitiria esclarecer a problemática de um modelo em relação a outro (Pierre Lévy toma como exemplo exatamente as transferências de conhecimento entre ecossistemas heterogêneos) e a transdisciplinaridade que colocaria a pesquisa, de certo modo, a cavaleiro entre a ciência, a arte e a comunicação social.

A transdisciplinaridade, como movimento interno de transformação das ciências, aberta para o social, o estético e o ético, não nascerá espontaneamente. A vida científica internacional fica, freqüentemente, presa a rituais formais, numa interdisciplinaridade de fachada. Seu aprofundamento implica numa permanente “pesquisa sobre a pesquisa”, uma experimentação de novas vias de constituição de agrupamentos coletivos de enunciação. Não apenas equipes pluridisciplinares devem funcionar, se necessário por períodos às vezes longos, ou de acordo com ritmos temporais apropriados, como a questão de sua implantação, de seus campos de investigação, da integração de sua atividade com o meio ambiente humano será freqüentemente discutida. Por exemplo, no domínio da cooperação com os países em via de desenvolvimento, os especialistas freqüentemente caíram de pára-quadras em terrenos sociais que não estavam preparados para recebê-los e que eles não estavam preparados para encontrar. Sob este aspecto, a análise dos fracassos seria bastante enriquecedora. O saber agrônomo, médico, ecológico, da arquitetura, deve ser, de alguma forma, reinventado a cada situação concreta. Daí, como corolário, a importância de se prepararem monografias traçando o percurso inicial de uma experiência, suas fases positivas e negativas, as bifurcações que caracterizam a formação do que chamei de agenciamentos coletivos de enunciação.

Não existe uma pedagogia geral com relação à constituição de uma transdisciplinaridade viva. Deve-se levar em conta a iniciativa, o gosto pelo risco, a fuga de esquemas pré-estabelecidos, a maturidade da personalidade (mesmo tratando-se de pessoas muito jovens). Ainda uma vez, teremos mais a ganhar ao nos referirmos neste depoimento ao processo de criação estética do que às visões padronizadas, planificadas, burocratizadas que reinam freqüentemente nos centros de pesquisas científicas, nos laboratórios e nas universidades.